

## **9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 07.05.2017**

### **Ponto 3.5 – Protocolo com a FPGinástica – Pavilhão Honório Francisco**

#### **Intervenção Vereador Rui Francisco**

##### **1º Intervenção**

Gostaria de deixar uma ou duas notas, de enquadramento, relativamente a este ponto.

A primeira: é que não estamos a aprovar projeto nenhum. Estamos a aprovar o Contrato Comodato, que é um documento que tem que ser deliberado em instrumento que tem de vir à reunião de Câmara.

Este Contrato de Comodato, sobre as obras diz muito pouco, para além daquilo que qualquer Contrato de Comodato diz. Refere que:

- As obras de beneficiação são neste caso da responsabilidade da Federação;
- E que, no final do contrato, a Câmara fica com o equipamento, com as benfeitorias entretanto aí realizadas, exceto aquelas que, neste caso, a Federação possa efetuar e consiga levar consigo sem prejudicar o equipamento.

Isso é o que diz qualquer Contrato Comodato. Podia ser com outra instituição noutra para outro qualquer equipamento

A segunda nota de enquadramento, tem a ver com o próprio espaço. Como o senhor Presidente já aqui referiu, esta é uma parceria que anda a ser estudada há algum tempo, mas antes desta já existiram outras tentativas de entregar aquele espaço a entidades privadas.

Existiu, por exemplo a perspectiva de um o protocolo com o Sporting Clube de Portugal no âmbito do hóquei em patins, sobre a qual o senhor vereador poderá dar mais alguma informação.

O que quero dizer é que há um histórico relativo aquele equipamento. Para o qual a Câmara nunca entendeu uma reabilitação/revitalização, sem ser na perspectiva da parceria com uma entidade seja federação ou clube, mas nunca não incluindo aqui os clubes do concelho, se calhar porque não têm capacidade de investimento para fazer as obras necessárias naquele equipamento.

É aqui que a nossa perspectiva diverge - o que é salutar, naturalmente. Na nossa perspectiva, é aqui que deveria entrar a Câmara. Naquilo que se refere à recuperação/reabilitação daquele espaço e ao seu

consequente aproveitamento e colocação deste ao serviço da população, nós tanto quanto possível, gostaríamos de o fazer à margem destas parcerias porque estas parcerias depois vão única e exclusivamente permitir que os munícipes, que os clubes do concelho, tenham um acesso muito residual a este equipamento.

Refere o Contrato de Comodato que existirá um banco de horas de utilização das instalações para os estabelecimentos de ensino do município, no âmbito das suas atividades, pelo período de 10 horas semanais, em horários a acordar entre as partes envolvidas.

Estamos a falar de um equipamento que está situado entre 2 equipamentos escolares: a escola do 1º ciclo Bernardim Ribeiro e o Jardim de infância Álvaro de Campos. O Jardim de Infância não tanto, mas a escola do 1º ciclo, que não tem um equipamento desportivo coberto, podia, no âmbito das suas atividades, utiliza-lo.

É nossa convicção que as atividade de enriquecimento curricular de uma escola são mais do que 2 horas por dia - que é a média que podemos fazer, 10 horas por semana são 2 horas por dia.

Mas esta é uma discussão que pode fazer derivar para um outro campo aquilo que é de facto a nossa posição de fundo e eu não quero baralhar os senhores vereadores.

Relativamente ao Contrato Programa temos dúvidas em relação à sua oportunidade. Relativamente ao projeto, registamos a sua inexistência., existe uma memória descritiva, muito bem feita, mas não é o projeto. Quanto ao orçamento, temos dois: um no valor de 1 milhão e 500 mil e depois temos outro no valor de 2 milhões e 500 mil que é aquele que serve para justificar o prazo de 30 anos do Contrato Comodato.

Creio que não existem muitos Contratos de Comodato com um intervalo de tempo tão grande - 30 anos - mas a entidade justifica dizendo que para o investimento que vai ser feito é necessário este intervalo.

Apesar de ter existido uma evolução, que eu sublinho, ao nível dos equipamentos desportivos ainda temos associações que se candidatam à utilização de espaços municipais e que não vêm contempladas na totalidade as suas pretensões. Isto porque há menos equipamentos do que as necessidades.

Ora, temos aqui uma oportunidade de, recuperando o equipamento, com investimento próprio, termos maior oferta para disponibilizar aos nossos agentes. Existem coletividades do concelho, com a prática de ginástica, que não sabem que beneficio existirá com a vinda da Federação Portuguesa de Ginástica e da sua sede para o nosso concelho. Não sei se vão beneficiar alguma coisa e estas associações também não sabem.

Eu lembro-me que, há uns anos atrás, existiam projetos com as federações em que os clubes - a montante, tinham eles próprios também protocolos - eram beneficiados sobretudo na componente formativa, neste momento, e em relação a esta situação em concreto, sobre isto, nada sabemos.

Era importante clarificar esta questão do orçamento, uma vez que não há projeto.

Chamo ainda à atenção para uma outra questão, que tem a ver com o equipamento propriamente dito e, o seu impacto na malha urbana, que é importante referir.

Integra o documento para deliberação, um parecer dos serviços que refere que os documentos apresentados não permitem fazer uma análise arquitetónica, desde logo pela falta de elementos gráficos que comprovem aspetos formais e estéticos propostos da formulação do pavilhão.

Dir-me-ão que isto vai ser ultrapassado quando a Federação entregar o projeto do equipamento, propriamente dito e a Câmara o analisar. Mas não é um bom ponto de partida.

Se a Federação só tem a memória descritiva é com esta que temos que avançar, contudo era importante existir mais alguma informação pois, após a assinatura do Contrato de Comodato, embora seja mais difícil voltar atrás, não somos obrigados a aceitar qualquer projeto que a Federação nos apresente, independentemente das suas características. Pela memória descritiva temos apenas uma ideia do que se pretende e não do seu impacto global.

Quanto ao orçamento, era importante sabermos, de facto, de que orçamento estamos a falar para as obras. Porque a Câmara fala em 1 milhão e 500 mil e a Federação fala em 2 milhões e mais 500 mil, mais 500 mil para equipamento, sendo que eu não percebo porque é que o equipamento vem referido, pois o que interessa é o custo da obra - mas com certeza o senhor vereador conseguirá dar-nos algumas respostas. Para terminar, gostaria de reiterar que esta não seria a nossa opção para aquele espaço!

A Câmara Municipal, felizmente e como aqui já foi referido, apresenta solidez financeira que lhe permite olhar para as necessidades de investimento com outro desafogo e projetar para o seu território equipamentos que vão no sentido de dar de facto resposta às necessidades da população e dos agentes, neste caso em concretos das coletividades, e esse seria o nosso caminho.

Estamos convencidos, tal como todos aqui, de que a situação daquele equipamento é insustentável, de que é importante requalifica-lo e, nada

temos contra isso. Era importante ter mantido o equipamento nos últimos anos, possibilitando uma prática desportiva não formal, o que também não foi feito.

## 2ª Intervenção

Senhor presidente,  
Não vou acrescentar mais nada, para além do que disse, em matéria daquilo que consideramos dever ser o investimento da Câmara na recuperação dos seus equipamentos.

É a posição da CDU, já foi no passado quando se colocou aqui a questão do Complexo Desportivo do Porto Pinheiro. Temos uma filosofia, da qual não prescindimos, independentemente do contraditório e das outras opiniões, a que estamos sujeitos.

Gostaria ainda de referir que este Contrato de Comodato, que não é um direito de superfície é um Contrato de Comodato, não refere em nenhuma circunstância - por aquilo que me apercebo - um intervalo de tempo aceitável para que a obra, o equipamento e o edifício possa vir a ter o fim a que se destina.

Vamos entregar um Polidesportivo mas o que vai funcionar ali é a casa da ginástica. E é por casa da ginástica que vai ficar a ser conhecido. Até podem lá meter uma placa a dizer Pavilhão Honório Francisco, que não muda nada.

E por mais referências que o senhor vereador faça, da defesa do Património e do esforço que a Câmara faça para que aquilo continue a ser chamado de Polidesportivo Honório Francisco, já não será um Polidesportivo Descoberto, será o Pavilhão e as pessoas vão passar a conhece-lo pela sua designação, isto é assim e é normal.

Retomando o meu raciocínio: com este Contrato de Comodato a Câmara não solicita à Federação, ou pelo menos não consubstancia neste instrumento, o momento em que o equipamento deverá iniciar o seu funcionamento. Ou seja, o que é que impede com o Contrato de Comodato assinado com a Federação e a Câmara que as obras só se realizem quando a Federação encontrar financiamento/ disposição/ vontade?

Nos direitos de superfície nós fazemos isso, como se recordam, e o que está aqui é um Contrato de Comodato. Porque existe de facto um edifício mas vai ser completamente alterado.

O que nos é apresentado não é um projeto. E o senhor vereador sabe que aquilo não é um projeto. É uma memória descritiva com 3 cortes das alçadas do equipamento.

Convenhamos e reconhecemos que não é um projeto, podemos dizer o que quisermos mas não é. Ficamos sem saber, de facto, o que é vai ser ali construído, com a exceção da memória descritiva, que nem tem ligação ao Contrato de Comodato.

Não há nada no Contrato Comodato que determine em concreto qual é a obra que vai ser realizada e em que momento. E eu queria perguntar ao senhor Presidente de Câmara se estamos ou não estamos a ver bem as coisas assim, ou seja, com este Contrato Comodato não é exigido à Federação Portuguesa de Ginástica que comece a obra em tempo útil e que a termine em tempo útil.

Tem 30 anos para fazer a obra, eu sei, estou a exagerar, antes que alguém comece aí, eu estou a exagerar obviamente, não tem 30 anos para fazer a obra. Tem o Contrato de Comodato com a Câmara por 30 anos, se não há nada que determine quando é que tem que ter o equipamento concluído e a funcionar, corremos o risco do equipamento continuar a degradar-se durante mais tempo, que era aquilo que queríamos evitar.

Odivelas, 7 de Maio de 2018

Os Vereadores da CDU